

## **CONTROLADORIA INTERNA - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE GOIÁS EXERCÍCIO 2020**

### **PARECER DE ANÁLISE - PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020**

REF: Prestação de Contas 2020  
Parecer CI/COREN-GO n°. 004/2021

Ementa: Prestação de Contas - Conselho Regional de Enfermagem de Goiás - exercício de 2020

O Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Goiás, o qual integra o Sistema COFEN/Conselhos Regionais de Enfermagem, Autarquia Federal criada pela Lei n° 5.905/1973, cumprindo as determinações emanadas do citado normativo, bem como do Regimento Interno do COREN - GO, vem através de sua Controladoria Interna, dar seu parecer acerca da Prestação de Contas 2020.

Em cumprimento as determinações emanadas do citado normativo, bem como do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN, aprovado pela Resolução COFEN 421/2012, relata-se, a seguir, os resultados verificados com base na análise previa realizada sobre a Prestação de Contas Anual referente ao exercício financeiro de 2020, encaminhada pelo COREN - GO, observando-se o prazo estabelecido pela Resolução COFEN n° 504/2016, a qual determina o prazo de apresentação da mencionada documentação até 31 de Março do exercício financeiro seguinte ao exercício encerrado.

As análises aplicadas a documentação apresentada pela Autarquia objetivaram assegurar a regular gestão dos recursos públicos, sobretudo no que tange a legalidade, economicidade, eficiência e efetividade dos fatos inerentes a administração orçamentaria, financeira, contábil, patrimonial, operacional e de controle, além dos atos potenciais que possam vir a refletir sobre a gestão do patrimônio da entidade.

O relatório ora apresentado, foi estruturado por meio de títulos específicos de acordo com normativos estabelecidos pelo TCU, os quais formalizam a elaboração do Processo de Prestação de Contas Anual referente ao exercício de 2020.

Em cumprimento ao quanto determinado por meio da Resolução COFEN 504/2016, relata-se, neste documento, os resultados dos exames realizados sobre os atos e consequentes fatos de Gestão, ocorridos na unidade supra referida, no período de 01/01/2020 a 31/12/2020.

Os aspectos verificados na análise da prestação de contas, quanto a estrutura, conteúdo e forma, foram aqueles estabelecidos pelas normas elaboradas pelo Tribunal de Contas da União - TCU, cabendo ressaltar: Resolução TCU n° 234/2010 e 244/2011, Instrução Normativa 63/2010, Instrução Normativa 72/2013, Decisão Normativa 170/2018, Decisão Normativa 178/2019.

No que tange as informações contidas nas diversas peças que compõem a prestação de contas anual, registre-se que as mesmas foram analisadas com base no que

determine a Lei de Finanças Públicas 4320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, bem como quanto ao estabelecido nos demais normativos aplicáveis.

## **DA ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020**

A documentação encaminha pelo COREN - GO, totalizando 01 (um) volume, observando-se o cumprimento das determinações elencadas na Resolução COFEN nº 504/2016.

Não obstante a numeração das páginas efetuadas pelo COREN - GO, adotou-se neste relatório, para fins de localização dos anexos, a numeração fixada pela Secretaria Geral do COFEN.

Torna-se oportuno ressaltar que a prestação de contas em análise, referente ao exercício de 2020, será ainda analisada na 273ª Reunião Extraordinária do Plenário do Conselho Regional de Enfermagem de Goiás, de acordo com normativos internos do Regional.

A mencionada Prestação de Contas Anual elenca como responsáveis pela Gestão Orçamentaria, Financeira, Contábil, Patrimonial e Operacional, aqueles citados na listagem apresentada (fl 04), destacando-se os seguintes:

<b>AGENTE PÚBLICO</b>	<b>CARGO /FUNÇÃO</b>
Edna de Souza Batista	Presidente
Elma dos Santos Assis	Secretário
Maria Helena Carvalho Sá	Tesoureira

No que tange a responsabilização pelos atos e fatos praticados por agentes públicos no exercício de suas atividades cabe mencionar o posicionamento do Tribunal de Contas da União - TCU, exarado por meio da Instrução Normativa 63/2010, conforme transcrito a seguir:

Art. 4º O Tribunal definirá anualmente, em decisão normativa, as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão processos de contas ordinárias constituídos para julgamento, assim como os conteúdos e a forma das peças que os comporão e os prazos de apresentação.

(...)

Art. 10 Serão considerados responsáveis pela gestão os titulares e seus substitutos que desempenharem, durante o período a que se referirem as contas, as seguintes naturezas de responsabilidade, se houver:

- I. dirigente máximo da unidade jurisdicionada;
- II. membro de diretoria ou ocupante de cargo de direção no nível de hierarquia imediatamente inferior e sucessivo ao do dirigente de que trata o inciso anterior, com base na estrutura de cargos aprovada para a unidade jurisdicionada;



III. membro de órgão colegiado que, por definição legal, regimental ou estatutária, seja responsável por ato de gestão que possa causar impacto na economicidade, eficiência e eficácia da gestão da unidade. Parágrafo único. O Tribunal poderá definir outras naturezas de responsabilidade na decisão normativa de que trata o art. 4<sup>o</sup> (grifo meu)

Quanto à estrutura da Prestação de Contas estabelecida na Resolução n° 504/2016 do COFEN, pode-se observar que o Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Goiás atendeu a todos os requisitos estabelecidos no art. 12 e incisos da mencionada Resolução.

### **DO VALOR TRANSFERIDO AO COFEN: COTA PARTE**

No tocante a Lei 5.905/73, Artigo 10, Incisos I a III, especificamente no que se refere ao valor a ser transferido ao COFEN, tendo como base as receitas arrecadadas pelo Regional, de acordo com Comparativo da Receita constante desta prestação de contas, verifica-se o atendimento ao quanto estabelecido na norma, sendo transferido ao COFEN, a título de cota-parte o valor de R\$ 2.972.718,48, justificando-se que as diferenças registradas decorrerem do fluxo bancário entre apropriação e repasse dos valores ao COFEN, tendo em vista ainda que o repasse é efetuado de forma automática pelo Banco do Brasil ao Conselho Federal de Enfermagem.

<b>NATUREZA DA RECEITA</b>	<b>VALOR R\$</b>
Receitas de Contribuições	10.642.244,81
Receitas de Serviços	610.000,00
Multa e Juros de Mora	530.000,00
Receita de Dívida Ativa	108.629,09
Outras Receitas	0,00
<b>BASE DE CÁLCULO ART 10</b>	<b>11.890.873,90</b>
<b>TRANSFERÊNCIA CALCULADA (A x 25%)</b>	<b>2.972.718,48</b>
<b>TRANSFERÊNCIA FIXADA – COREN</b>	<b>2.972.718,48</b>
<b>DIFERENÇA</b>	<b>0</b>

### **DA PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

O COREN-GO, apresentou as informações inerentes a programação e execução do orçamento anual do exercício de 2020, cumprindo, portanto, a determinação contida na Resolução COFEN n° 504/2016, art.12, III. Logo no que se refere às informações apresentadas cabe relatar o seguinte:

O Regional elaborou a proposta orçamentaria para o exercício de 2020, estimando uma arrecadação no patamar de R\$ 16.516.500,00 (de acordo com Comparativo da Receita), enquanto o montante efetivamente arrecadado alcançou R\$ 12.120.749,39, correspondendo a uma variação negativa de 26,61 % em relação ao inicialmente previsto; demonstrando que as políticas necessárias a efetivação das receitas, sobretudo aquelas de capital, não foram plenamente implantadas, cumprindo

parcialmente, portanto, ao quanto estabelecido na Lei de Finanças Públicas 4320/1964, bem como na Lei de Responsabilidade Fiscal-101/2000, art. 1º, §1º. Cumpre alertar sobre a necessidade de se adotar mecanismos mais eficientes para previsão da receita de capital, tendo em vista que não houve a integralização de qualquer valor no período analisado. Haja vista que no mês de Março/2020, foi declarado estado de calamidade pública pelo Governo Federal, devido ao surto da pandemia COVID-19, impactando na receita do corrente ano.

De acordo com o demonstrativo das Receitas Comparadas entre os exercícios de 2019 e 2020, o Valor total arrecadado no exercício de 2019 perfaz R\$ 13.886.462,64, enquanto em 2020 alcançou R\$ 12.120.749,39, caracterizando uma diminuição na arrecadação de - R\$ 1.765.713,25, -12,72%.

No que se refere à despesa, verifica-se que o Regional elaborou a proposta orçamentaria para o exercício de 2020, fixando gastos no patamar de R\$ 13.259.500,00, observando-se o que determine a Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/2000, no que tange ao equilíbrio financeiro entre a previsão da receita e a fixação da despesa. A efetiva execução da despesa perfaz R\$ 11.478.312,27, correspondendo a uma economia de R\$ 1.781.187,73 em relação ao inicialmente fixado.

Conforme pode ser observado no demonstrativo de Despesas Comparadas entre os exercícios de 2019 e 2020, o valor total da despesa realizada no exercício de 2019 perfaz R\$ 12.577.591,06, enquanto em 2020 alcançou R\$ 11.478.312,27, caracterizando uma diminuição dos gastos em 2020 de R\$ 1.099.278,79.

## **DO LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL**

A despesa de pessoal executada, de acordo com a metodologia estabelecida no §2º do art. 18 da LRF, também se encontra dentro dos limites estipulados, correspondendo a 49,29% da Receita Corrente Líquida.

"§ 2- A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência".

<b>Execução nos 12 meses (Janeiro/2020 a Dezembro/2020) conforme LRF</b>		
Receita Corrente Líquida	R\$ 12.120.749,39	100%
Limite - LRF (50% s/ RCL)	R\$ 6.758.250,00	50%
Despesa com Pessoal e Encargos	R\$ 5.751.000,00	49,29%

## **DOS GASTOS COM FISCALIZAÇÃO**

As despesas com fiscalização (atividade finalística) durante o período de 01/01/2020 à 31/12/2020, se fez no valor de R\$ 2.2225.462,58, se comparado com a Receita Corrente desse Regional durante o exercício de 2020, a qual foi de R\$ 9.148.030,91, tivemos uma aplicação de recursos somente em Fiscalização no percentual de 24,32% da Receita. Sendo recomendado para os próximos exercícios

financeiros, que de acordo com as boas práticas das aplicações de recursos dos Conselhos de Fiscalização profissional, que seja buscado pelo Regional maneiras de aplicar mais recursos com suas atividades finalísticas, não só fiscalização, mas também investir na melhoria dos processos éticos disciplinares, registro de profissionais e prestação de demais serviços os quais o profissional depende do Conselho para exercer sua profissão.

## **DOS DEMOSTRATIVOS CONTÁBEIS**

No que tange aos critérios adotados para elaboração das demonstrações contábeis, ressalta-se que foi adotada legislação emanada do Conselho Federal de Contabilidade, bem como com os regramentos fixados nas Normas de Direito Financeiro aplicadas ao Setor Público. De acordo com previsto na Resolução nº 504/2016, art. 12, foram apresentados os seguintes documentos:

- **BALANCETE DE VERIFICAÇÃO:** O COREN-GO, apresentou as informações inerentes a escrituração contábil realizada exercício de 2020, bem como a do exercício imediatamente anterior, fornecendo o necessário detalhamento quanto aos respectivos registros dos atos e fatos, cumprindo, portanto, a determinação contida na Resolução COFEN nº 504/2016, art.12, IV.

- **BALANÇO PATRIMONIAL ANALÍTICO e DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA:** O COREN – GO, apresentou as informações inerentes ao Balanço Patrimonial Analítico e Comparado, e ao fluxo de caixa do exercício de 2020, bem como o do exercício anterior, fornecendo o necessário detalhamento quanto a evolução patrimonial, e respectiva movimentação de ingressos e dispêndios, cumprindo, portanto, à determinação contida na Resolução COFEN nº 504/2016, art. 12, V.

- **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ANALÍTICO:** Apresentou as informações inerentes a programação e execução do orçamento anual do exercício de 2020, bem como do exercício anterior, fornecendo o necessário detalhamento, cumprindo, portanto, à determinação contida na Resolução COFEN nº 504/2016, art. 12, VI.

- **BALANÇO FINANCEIRO ANALÍTICO:** Apresentou as informações inerentes à execução financeira do exercício de 2020, bem como do exercício imediatamente anterior, cumprindo, portanto, a determinação contida na Resolução COFEN nº 504/2016, art.12, VII.

- **COMPARATIVO DA RECEITA E DESPESA ORCADA/FIXADA COM A REALIZADA/EXECUTADA:** Apresentou as informações inerentes a programação orçamentaria e execução financeira do exercício de 2020, bem como do exercício anterior, cumprindo, portanto, a determinação contida na Resolução COFEN nº 504/2016, art.12, VIII.

- **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ANALÍTICA:** O COREN-GO, apresentou as informações inerentes a variação patrimonial do exercício de 2020, e do exercício anterior, fornecendo o necessário detalhamento quanto a movimentação resultante da execução orçamentaria, independente da execução orçamentaria, bem como da mutação patrimonial;



cumprindo, portanto, a determinação contida na Resolução COFEN nº 504/2016, art.12, IX.

- **INVENTÁRIO PATRIMONIAL E ALMOXARIFADO:** Apresentaram as informações, sendo o Inventário Patrimonial em forma digital (CD) e o relatório de almoxarifado anexo à presente prestação de contas, cumprindo com estabelecido na Resolução COFEN nº 504/2016, art. 12, X.

- **MONTANTE DA INADIMPLÊNCIA E DIVIDA ATIVA:** O Regional apresentou relatório emitido pelo setor competente, na forma digital (CD), demonstrando as informações solicitadas, cumprindo com determinação contida na Resolução COFEN nº 504/2016, art. 12, XI.

- **CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS E EXTRATOS BANCÁRIOS:** O COREN – GO, apresentou as informações, cumprindo, portanto, à determinação contida na Resolução COFEN nº 504/2016, art. 12, XII e XIII.

- **CONCILIAÇÕES DE DEMAIS SALDOS CONTÁBEIS NO BALANÇO:** Registra-se que foi efetuado análise da Prestação de Contas anual referente ao exercício de 2020, onde através do Quadro de Verificação e Consolidação dos Saldos Contábeis, anexo a este parecer, onde pode-se observar que não foram detectadas divergências entre os saldos contábeis conforme demonstrado no quadro anexo.

- **NOTAS EXPLICATIVAS:** O Regional apresentou, por meio das notas explicativas, as informações complementares, julgadas necessárias a análise e interpretação dos atos e fatos escriturados nas Demonstrações Contábeis referentes a Prestação de Contas Anual de 2020, cumprindo, portanto, a determinação contida na Resolução COFEN nº 504/2016, art.12,XIV.

- **OUTROS:** Ressalta-se que o Regional, ainda de acordo com a determinação contida na Resolução COFEN nº 504/2016, art. 12, XVIII e XIX apresentou Listagem eletrônica de empenho, liquidação e pagamento/em ordem cronológica e Inventário Patrimonial.

## **DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Verificou-se durante o período que os procedimentos licitatórios efetuados no Conselho Regional de Enfermagem de Goiás, estão em ordem, o Setor de Controladoria emitiu notas de análises das licitações realizadas no exercício onde se observou a regularidade dos procedimentos. Ressalta-se que o COREN - GO tem respaldado seus gastos, de modo geral, nas determinações esculpidas na Lei de Licitações n. 8.666/93.

## **PARECER**

Com base na análise procedida sobre a documentação apresentada pela entidade, inerente a Prestação de Contas Anual do Exercício de 2020, constata-se o cumprimento ao quanto estabelecido por meio da Resolução COFEN nº 504/2016.

Cabe registrar ainda que a entidade cumpriu as determinações esculpidas na Lei nº 4.320/1964, Lei 101/2000, bem como nos demais normativos aplicados a Gestão

Orçamentaria, Financeira e Patrimonial do Sistema COFEN/CORENS. Como pode-se observar no Quadro de Verificação e Consolidação dos Saldos Contábeis.

Pelo exposto esta Controladoria Interna entende ser **REGULAR** a Prestação de Contas do exercício de 2020, uma vez que a mesma atendeu aos requisitos estabelecidos pelos normativos do Conselho Federal de Enfermagem, Tribunal de Contas da União e aos princípios da Administração Pública.

Goiânia, 19 de Março de 2021.

*Eduardo Roberto de Oliveira*  
Controlador Interno  
COREN - GO